

Introdução

ISABELLE HILLENKAMP, ALAIR FERREIRA DE FREITAS,
HÉLOÏSE PRÉVOST E LARISSA MIES BOMBARDI

No coração da questão

O Brasil é, ao mesmo tempo, um dos principais fornecedores de matérias-primas para o resto do mundo e um ator central nas políticas climáticas e ambientais internacionais. Por um lado, a extração e a exportação de minerais como ferro, ouro, cobre e bauxita; de *commodities* agrícolas como soja, cana-de-açúcar e café; e de biocombustíveis baseados em álcool e óleos vegetais têm disparado desde os anos 2000. Por outro lado, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica ao longo do litoral brasileiro têm se tornado alvos do “setor mundializado de conservação” (Dumoulin; Rodary, 2005) e da compensação ambiental. Junto aos acordos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (o Protocolo de Kyoto de 1997, implementado em 2005, seguido pelo Acordo de Paris sobre o Clima, de 2015), o reflorestamento e a manutenção das florestas em pé se tornaram mecanismos para compensar as emissões de CO₂.

Instrumentos monetários, como pagamentos por serviços ecossistêmicos, a exemplo da captura de CO₂, foram incluídos na política nacional de mudança climática do Brasil adotada após a COP15 (Copenhague, 2009) e a COP21 (Acordo de Paris). No momento em que terminamos este livro (novembro de 2024), a Câmara dos Deputados aprovou o texto que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. Dessa forma, os mercados globais de *commodities* agrícolas e minerais, por um lado, e os novos instrumentos monetários de compensação ambiental, por outro, penetraram cada vez mais profundamente nas terras da agricultura fa-

miliar e das comunidades rurais do Brasil. No espaço de duas décadas, o meio ambiente tornou-se um dos principais campos de uma redefinição multidimensional – e, muitas vezes, contraditória – das relações sociais, desde a escala global até a escala local.

Entre promessas de renda, evidências de contaminação (agrotóxicos, resíduos de mineração) e de destruição ambiental (erosão dos solos, desmatamento, colapso da biodiversidade, esgotamento de recursos, especialmente da água) e dúvidas sobre as soluções propostas, as famílias e as comunidades locais estão divididas. Para a maioria dos homens dessas comunidades, a venda de *commodities* agrícolas, o arrendamento de terras para empresas de mineração ou o emprego como mão de obra não qualificada nessas mesmas empresas, além da venda de serviços ecossistêmicos, são vistos como uma forma de cumprir seu papel de provedor de renda dentro da família. As mulheres ficam com a responsabilidade de reparar o meio ambiente e os corpos em uma tentativa de reproduzir a vida. A linha divisória entre a integração no mercado e o trabalho de cuidado socioambiental segue de perto as formas dominantes de masculinidade e feminilidade. Entre os dois, a agroecologia designa um conjunto de conhecimentos e práticas para ecologizar a agricultura, uma economia política e um movimento social no qual as mulheres brasileiras desempenham um papel decisivo (Jalil, 2013; Butto, 2017; Filipak, 2017; Prévost, 2019b). A agroecologia no Brasil se tornou uma forma de resistir à mercantilização do trabalho e da natureza, bem como de transformar a vida de mulheres e homens.

Este livro se insere no contexto de conflitos socioambientais cada vez mais violentos, relacionados ao controle sobre o território e seus recursos, nos quais diferentes concepções de natureza se enfrentam (Svampa, 2023). Seu intuito é examinar o compromisso de uma ampla gama de sujeitos e sujeitas com a agroecologia. Sem negligenciar a posição dos homens, opta por se colocar ao lado de mulheres que foram historicamente silenciadas. Como essas mulheres – e esses homens – se posicionam em relação à intensificação do uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas e da mineração; e às políticas públicas e aos mecanismos de mercado de conservação e compensação ambiental que têm como alvo seu meio ambiente? Por

meio de quais conhecimentos e práticas, graças a quais coletivos e a qual organização socioeconômica e política, com quais aliados e contra quais adversários elas e eles estão (re)construindo seu ambiente diariamente? Como seu conhecimento, suas práticas de gestão agroecológica e suas organizações se encaixam nas relações de gênero e nas demais relações de poder, e até que ponto recompõem essas relações? Como o gênero pode se tornar um instrumento da relação com a natureza e uma força motriz por trás de sua transformação? Até que ponto esses diferentes processos dão origem a formas alternativas de feminilidade e masculinidade? E, por fim, o que de fato chamamos de “agroecologia”?

Para encontrar respostas a essas perguntas, um grupo de 13 pesquisadoras¹ de organizações da sociedade civil e acadêmicas, das áreas de ciências sociais e agrárias, realizou, conjuntamente, uma pesquisa de campo durante um período de quase 2 anos. Os sujeitos dessa pesquisa foram coletivos locais de mulheres agricultoras comprometidas com a agroecologia, com quem esse grupo mantém relações políticas e de coconstrução de conhecimentos de longa data. Situada e reflexiva, nossa pesquisa está enraizada nas cozinhas, hortas, campos, florestas, solos e rios de duas regiões do Sudeste do Brasil – o Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, e a Zona da Mata, em Minas Gerais – ambas com importantes porções de Mata Atlântica e graves conflitos socioambientais. A pesquisa de campo pacientemente trouxe à tona as vozes dessas mulheres e fez com que seus conhecimentos dialogassem com os da nossa equipe. Ao confrontar com os pontos de vista de agricultores e de atores dos setores agroindustrial, de mineração e ambiental, esse diálogo gerou novos conhecimentos, que formam o coração deste livro, ao mesmo tempo que alimentam as perspectivas de alternativas concretas e as nossas relações com as agricultoras.

¹ Em ordem alfabética dos primeiros nomes: Alessandra Bernardes Faria Campos, Clara Teixeira Ferrari, Glaucia Marques, Héloïse Prévost, Isabelle Hillenkamp, Liliam Telles, Luana de P. S. e Figueiredo, Miriam Nobre, Natália Lobo, Roberta Cardoso, Sarah Luiza de Souza Moreira, Sheyla Saori e Vivian Franco foram as principais protagonistas da pesquisa de campo. Várias outras pessoas também foram envolvidas em outras fases importantes do projeto.

Desafios e originalidade

Por meio dessa abordagem e dessa posição, colocamos o gênero no cerne da nossa compreensão das questões ambientais, de modelos agrícolas, de exploração de matérias-primas e de mudança global. Sem uma abordagem de gênero, essas questões fundamentais não podem ser compreendidas adequadamente. A Economia Feminista, a Ecologia Política Feminista (Agarwal, 1992; Rocheleau, Thomas-Slayter, Wangari, 2013; Ulloa, 2020) e o Ecofeminismo (Mies, Shiva, 1993; Plumwood, 1993; Siliprandi, 2009) têm, há várias décadas, desafiado os discursos, as estruturas e as políticas patriarcais que mantêm a subordinação geral das mulheres aos homens, apresentando o meio ambiente como globalmente neutro em termos de gênero. Ao contrário dessa representação, as correntes feministas evidenciaram a partição hierarquizada entre desenvolvimento, modernidade e masculinidade, por um lado; e natureza, subsistência e feminilidade, por outro. Essa hierarquia estrutura globalmente a experiência generificada do meio ambiente (Hache, 2016; Mies, Bennholdt-Thomsem, 2022). As abordagens feministas relacionam-se também a várias correntes que analisaram a coconstituição da questão ambiental e das relações sociais (de classe, raça etc.), particularmente a Ecologia Política Latino-Americana (Escobar, 2003; Leff, 2003). Finalmente, dialogamos com várias correntes feministas preocupadas com a interseção entre gênero, etnia, raça, classe e meio ambiente: Feminismos Populares, Decoloniais, Autônomos, Comunitários, Territoriais, Indígenas, Afrodescendentes e Camponeses (Gonzalez, 1988; Faria, Nobre, 2003; Gabbert, Lang, 2019; Zuria, Centeno, Gutiérrez *et al.*, 2020).

Essa literatura revela como as políticas agrárias e de mineração não apenas renovam as desigualdades ambientais e de gênero, mas também se baseiam nelas, exigindo um reexame crítico dessas dinâmicas recíprocas. Por um lado, a produtividade está sendo reafirmada como norma de comportamento masculino, desde o topo dos tomadores de decisões políticas e dos mercados globais até a base dos agricultores familiares. Por outro lado, os efeitos nocivos desse modelo sobre o meio ambiente e a saúde humana são relegados ao segundo plano, fazendo com que as mulheres subalternizadas, como as agricultoras que acompanhamos, tenham que

lidar com eles. Esses mecanismos mantêm e exacerbam a forma dominante de masculinidade “provedora-industrial” (Hultman; Pulé, 2018) e de feminilidade baseada no cuidado socioambiental, abrangendo inúmeras tarefas, emoções e atenções desvalorizadas em relação às pessoas e ao seu ambiente (Laugier, Falquet, Molinier, 2015; Guétat-Bernard, Saussey, 2014; Prévost, 2021; Hillenkamp, Prévost, 2024). Além de essas formas dominantes de masculinidade e feminilidade serem exacerbadas pelas políticas agrárias e de mineração contemporâneas, alimentando as desigualdades e a violência de gênero (MacGregor, 2010; Furtado, Andriolli, 2021), a masculinidade provedora-industrial também é uma das forças motrizes por trás da devastação ambiental. O desafio de reexaminar criticamente as relações entre gênero e meio ambiente é, portanto, duplo: diz respeito, inseparavelmente, à sustentabilidade e à justiça social.

O Brasil e a América Latina – ou melhor, a América Ladina² – revelam, talvez mais do que qualquer outra região do mundo, os vínculos estreitos entre meio ambiente, violência e desigualdade. O extrativismo, caracterizado pela predominância de atividades econômicas baseadas na exploração intensiva de recursos naturais, tem sido um modo de desenvolvimento na região desde a época colonial (Brand; Dietz; Lang, 2016). Na história recente da região, a liberalização comercial e financeira na década de 1990 levou a uma reprimarização das economias. A fase atual, conhecida como “neoextrativista”, beneficiou-se inicialmente dos altos preços das *commodities* nos anos 2000, o que permitiu que governos progressistas, como os de Lula no Brasil, de 2003 a 2010, financiassem programas sociais que legitimaram a exploração dos recursos naturais (Gudynas, 2009; Svampa, 2011). Durante a década de 2010, a queda dos preços das *commodities* foi associada ao retorno ao poder de governos que combinaram desregulamentação ambiental, conservadorismo social e autoritarismo político. Esse foi notadamente o caso dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) no Brasil. A título de ilustração, nesse país, a

² Proposta pela feminista negra brasileira Lélia Gonzalez (1988), a categoria político-cultural de “América Ladina” chama para a conscientização do apagamento das contribuições das populações africanas e de seus descendentes na história brasileira e latino-americana, bem como das populações indígenas.

participação das matérias-primas nas exportações aumentou de um nível de 25% a 30% na década de 1990 para 45% a 50% na década de 2010.³ Esses números ilustram a transformação da ordem econômica, política e social, sintetizada no conceito de “Consenso das *Commodities*” (Svampa, 2015). A intensificação e a multiplicação dos agrotóxicos (Bombardi, 2024) e dos conflitos socioambientais, ligados especialmente à expansão da mineração industrial (Iorio; Coelho, 2022), formaram a face oculta desse Consenso, compondo um amplo espectro de violências.

Entretanto, nossa posição, próxima a agricultoras brasileiras engajadas na agroecologia, também nos permitiu ir além dessa observação crítica, já bem estabelecida na literatura, abordando seu poder de ação, baseado em jogos de alianças e de transformação em diferentes escalas. Ao acompanhar essas mulheres no que chamamos de seus “espaços de trabalho e vida” – espaços agrícolas como quintais, mas também cozinhas, igrejas, sertões, matas e outras áreas de uso comum –, pudemos observar em detalhes suas práticas e sua relação com a natureza. Ao apoiar seu compromisso com a agroecologia, acompanhando-as em suas organizações e mobilizações coletivas e estabelecendo um diálogo com os homens de suas famílias e comunidades, conseguimos ter uma compreensão minuciosa de sua posição, que vai além de simplesmente lidar com os danos ambientais da mercantilização da natureza. Ao vincular ciências sociais e agrárias por meio da agroecologia, a originalidade de nossa abordagem tem sido abordar seu poder de ação a partir dos vínculos concretos entre os manejos agrícolas e a ação coletiva, situando-as dinamicamente nas relações de gênero e demais relações de poder. Essa perspectiva proporciona uma melhor compreensão de como a dinâmica de gênero influencia e é influenciada pelas estruturas agrárias, revelando as formas alternadamente sutis e explícitas pelas quais o poder se manifesta no contexto da agricultura familiar.

A agrônoma Ana Primavesi teve papel pioneiro no Brasil na afirmação da abordagem da agricultura ecológica, ou agroecologia. Essa abordagem está enraizada em uma crítica radical da agricultura industrial e das relações de dominação Norte/Sul (Primavesi, 1997). A Revolução Verde na

³ Cálculo baseado em números compilados por Larissa Bombardi (2019).

América Latina remonta à ascensão de John F. Kennedy ao poder em 1960. No contexto da Guerra Fria, o presidente estadunidense fez da tecnologia agrícola um instrumento estratégico de influência no continente americano, com base na utilização intensiva de máquinas, combustíveis fósseis, agrotóxicos e sementes transgênicas. De acordo com Ana Primavesi, criou-se uma engrenagem político-tecnológica que subordinou a pesquisa agrônoma e as políticas agrícolas do Brasil aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e aos lucros das multinacionais sob controle do Norte Global. Na visão da autora, o caráter dessa tecnologia é responder aos desequilíbrios ambientais que ela mesma criou, tratando apenas os sintomas, e não as causas. Por exemplo, a decadência do solo causada pela monocultura (compactação impedindo a infiltração de água, formação de crostas superficiais e erosão) leva à desnutrição das plantas, ao aparecimento de pragas, doenças e invasoras persistentes. A agricultura industrial responde a isso aumentando o uso de adubo químico e de agrotóxicos, em uma corrida desenfreada que a autora compara a um suicídio (*Ibid.*, p. 133).

Contra essa engrenagem, a agroecologia refere-se a várias abordagens e práticas que “trabalham em estreita interligação com os sistemas naturais existentes num lugar”, em uma visão sistêmica dos ciclos e equilíbrios naturais nos quais os seres humanos estão incluídos (*Ibid.*, p. 130). Por exemplo, a agroecologia responde à deterioração do solo com a cobertura e a proteção da terra, o cultivo em consórcio e a rotação de culturas, a adubação verde e a utilização de matéria orgânica, como folhas, palha e composto. A agroecologia parte do princípio de que as técnicas e instituições econômicas, políticas e científicas devem ser colocadas a serviço dos ciclos e equilíbrios naturais, e não o contrário. Nesse sentido, também, a agroecologia é irreduzível à mera agricultura biológica, que subordina a escolha dos insumos (substituição de insumos químicos por insumos orgânicos) a padrões de certificação preestabelecidos. A agroecologia, ao contrário, parte de práticas como o cuidado com o solo e a água e transforma gradualmente as instituições socioeconômicas e políticas, em um movimento de mudança social e ambiental de baixo para cima (*Ibid.*, p. 144).

Assim, a agroecologia no Brasil tomou a forma de um movimento social (Wezel *et al.*, 2009), baseado em redes capazes de influenciar a ação

pública (Niederle *et al.*, 2019) e fortemente ligado a outros movimentos, como a economia solidária (Schmitt, 2010). Tal construção implica uma transformação multiescalar das relações econômicas, políticas e sociais (Palm; Schmitt; Lamine, 2021). O gênero é uma dimensão fundamental dessa transformação: isso vem sendo demonstrado pela abordagem feminista da agroecologia, uma corrente já estabelecida no Brasil e na América Latina (Zuluaga Sánchez; Catacora-Vargas; Siliprandi, 2018) e com a qual várias integrantes de nossa equipe vêm contribuindo há bastante tempo.

Essa corrente traçou a história, desde a década de 1980, da afirmação gradual de um sujeito político “Mulheres” na agroecologia. Começando com demandas por reconhecimento de direitos, como o direito ao auxílio maternidade e à aposentadoria rural, essas mulheres gradualmente criaram suas próprias organizações, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, iniciado no Sul do Brasil) e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR, no Nordeste). Posteriormente, elas se posicionaram em organizações mistas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Hora, Butto, 2014; Nobre, 2015; Paulilo, 2016; Moreira, Ferreira, Siliprandi, 2018; Prévost, 2019b).

Nesses espaços, as mulheres gradualmente afirmaram uma dupla crítica ao seu lugar – altamente invisível e desvalorizado – na produção agrícola, e ao próprio modo de produção, responsável por danos à saúde e ao meio ambiente e por acentuar as desigualdades de gênero (Hillenkamp; Nobre, 2018). No início dos anos 2000, o conceito de “agroecologia” ganhou força no Brasil, principalmente com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essas mulheres criaram, então, um Grupo de Trabalho de Mulheres dentro da ANA, com a missão de combater a visão tecnicista dominante na agroecologia, questionando as desigualdades de gênero presentes nesse espaço. Ao mesmo tempo, a agenda da agroecologia e da soberania alimentar se consolidou em importantes movimentos de mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas (Butto, 2017) e a Marcha Mundial das Mulheres, um movimento transnacional com forte protagonismo do Brasil (Masson, Conway, 2017). Os governos de Lula e Dilma Rousseff (de 2003 a 2016) registraram avanços significativos, como

a introdução de cotas para agentes (pelo menos 30% de mulheres) e beneficiárias (pelo menos 50% de mulheres) da política de Assistência Técnica e Extensão Rural em Agroecologia. A afirmação política das mulheres na agroecologia no Brasil também se baseou nas chamadas “Cadernetas Agroecológicas”, criadas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA. Graças a essa metodologia, milhares de agricultoras anotaram, mês após mês, o equivalente monetário de sua produção, tanto remunerada quanto não remunerada (destinada ao consumo pela família, às doações e trocas), e reivindicaram o valor de seu trabalho (Telles *et al.*, 2018; Telles, Alvarenga, Ferreira de Freitas, 2019; Marques *et al.* 2018; Weitzman *et al.*, 2020).

Este livro é alimentado por essa corrente e pelas experiências com base na abordagem feminista da agroecologia. Incorporamos seus temas, ao mesmo tempo que avançamos para uma compreensão detalhada e interdisciplinar das práticas de manejo agrícola, dos espaços de trabalho e vida das agricultoras e suas famílias no contexto de conflitos socioambientais. Para isso, adotamos uma abordagem etnográfica, com foco na construção do meio ambiente como uma construção material, sensível e política, trazida a partir da escala local. Com inspiração em trabalhos pioneiros na agroecologia (Monteiro de Oliveira *et al.*, 2021), na etnobotânica (Howard, 2003 e 2014) e na história ambiental feminista (Ndami, 2019), analisamos os espaços agrícolas das mulheres sob a perspectiva da reprodução da vida e da relação com a natureza.

Por fim, nossa abordagem à agroecologia está ligada às negociações e políticas internacionais sobre meio ambiente e clima, nas quais os territórios rurais do Brasil, especialmente as regiões de floresta, desempenham um papel estratégico. Com base em nosso trabalho com agricultoras em territórios da Mata Atlântica, incluindo algumas em Unidades de Conservação (UCs), analisamos sua experiência cotidiana com essas políticas. As restrições ao uso dos recursos e da terra, as novas propostas de renda, as alianças desiguais e as negociações com os gestores das Unidades compõem as várias facetas dessas experiências. As tensões em torno das concepções de “meio ambiente”, “agricultura”, “natureza” e “territórios” com os atores envolvidos na conservação e compensação ambiental (Bernini, 2015; Bim *et al.*, 2017) interagem estreitamente com o gênero (Saori, Lobo, 2020;

Nobre, Lobo, 2021). Respostas técnicas, como a captura de carbono, e norteadas por uma visão de segurança, como a mobilização da polícia ambiental ou de forças armadas, estão surgindo como novas dimensões da masculinidade (MacGregor, 2010). Embora compartilhem dessa crítica global, nossa abordagem local também revela as oportunidades de mudança e o poder de ação das mulheres agricultoras, como quando elas aproveitam as políticas locais de pagamentos por serviços ambientais para complementar seus meios de subsistência e garantir a sua continuidade e de suas famílias no seu território (Lobo, 2024).

Trama conceitual

Emprestamos conceitos e abordagens teóricas de vários campos do conhecimento, que vinculamos para formar a trama conceitual original deste livro. A abordagem da reprodução social desenvolvida pelo movimento feminista materialista é um ponto de partida essencial. Designando “o conjunto de atividades e relações por meio das quais nossas vidas e nossa capacidade de trabalho são reconstruídas diariamente” (Federici, 2013, p. 18), a reprodução social representa a face oculta da produção capitalista. Produto de uma separação histórica específica desse modo de produção, essas duas esferas permanecem, na realidade, inexoravelmente ligadas, mas em uma relação altamente desigual, de extração de valor da esfera reprodutiva em benefício da produção de tipo capitalista. Essa extração é amplamente baseada no trabalho doméstico e de cuidados. Com o conceito de “cuidado”, nos referimos a:

[...] uma atividade característica da espécie humana que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar ou reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor forma possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso ambiente, todos os elementos que procuramos unir em uma rede complexa, em prol da vida (Fisher; Tronto, 1990, p. 40).

O trabalho doméstico e de cuidados às pessoas, trabalho reprodutivo por excelência, geralmente não é remunerado – ou é mal pago – e é realizado por mulheres, muitas vezes em nome do amor ou do dever maternal (Guérin; Hillenkamp; Verschuur, 2019). A extração do valor desse trabalho, por sua vez, sustenta a divisão sexual do trabalho, ou seja, a separação e a

hierarquização entre o trabalho feminino e o masculino (Hirata; Kergoat, 2007). A extração de valor também se baseia em outras relações sociais, pois a maior parte do trabalho reprodutivo recai sobre mulheres da classe trabalhadora ou racializadas, como as agricultoras, ou sobre trabalhadoras domésticas e migrantes internacionais (Verschuur; Catarino, 2013).

Além do trabalho doméstico e de cuidados às pessoas, a exploração do trabalho reprodutivo não remunerado afeta uma proporção significativa do trabalho agrícola de subsistência. Os alimentos produzidos a preços baixos, ou para consumo direto, permitem a reprodução a baixo custo dos trabalhadores empregados por outros setores da produção capitalista, subsidiando indiretamente a extração de mais-valia (Dalla Costa, James, 1973; Razavi, 2002). Assim, por exemplo, as agricultoras que conhecemos normalmente mantêm uma área de produção de alimentos ao redor da casa, conhecida como “quintal”, o que permite que outros membros da família – principalmente os homens – trabalhem de forma remunerada nos setores de extração que estão no centro do Consenso das *Commodities*. Além das mulheres, a responsabilidade pela reprodução social se estende às comunidades, antigas e novas, que reivindicam um modo de vida relativamente autônomo, mas que, mesmo assim, estão sujeitas a uma relação contraditória com o modo de produção capitalista. Isso inclui comunidades quilombolas, de descendentes de pessoas negras escravizadas que reivindicam direitos coletivos à terra e ao território, e povos indígenas em processos de ressurgência política (Arruti, 1997; Ferrari, 2024).

Nossa abordagem de gênero está, portanto, atenta às resistências enraizadas na afirmação de pertencimento de classe, racial ou étnico, com base em múltiplos processos materiais e de resignificação de identidades. Nossa perspectiva sobre gênero também é relacional. Feminilidades e masculinidades não são o reflexo de diferenças individuais, e muito menos conceitos biológicos. São conceitos relacionais que fazem sentido em culturas em que homens e mulheres são vistos – e essencializados – como tendo características opostas e recebem papéis sexuais normativos. Seguindo a sociologia das masculinidades, consideramos que a relação de hegemonia é estruturante entre os homens. A hegemonia, entendida no sentido de Antonio Gramsci, designa a autoridade reivindicada por um grupo de homens (que pode incluir

certas mulheres) que se impõe e é designada como ideal social e cultural, enquanto detém o poder institucional. É acompanhada pela marginalização dos homens que ocupam posições subalternas, geralmente como resultado de relações de classe, raciais ou étnicas, e que aderem aos valores hegemônicos, mas sem deter a autoridade correspondente (Connell, 1995a). Esse é tipicamente o caso dos agricultores familiares que encontramos, em sua relação com os agentes técnicos, comerciais ou financeiros que organizam a exploração de *commodities* agrícolas e minerais em seu território. Assim, a masculinidade hegemônica pode ser definida como a “configuração de práticas de gênero destinada a garantir a perpetuação do patriarcado e a dominação dos homens sobre as mulheres” (*Ibid.*, p. 11); e a masculinidade marginalizada, como aquela que “retoma certos temas da masculinidade hegemônica no nível da sociedade como um todo e os coloca em prática em um contexto de pobreza” (*Ibid.*, p. 123).

Esse processo de hierarquização, de normalização/marginalização de masculinidades, pelo qual certas categorias de homens impõem sua dominação sobre as mulheres, mas também sobre outras categorias de homens, não é, portanto, o resultado de uma “tipologia de personalidades”, mas de relações de poder. Essa compreensão das relações de poder permite entender o funcionamento da violência e como a experiência da violência constrói o sujeito social “mulher”. Baseamo-nos no conceito de Liz Kelly (2019) de *continuum* da violência, que descreve a extensão e a variedade das formas de violência na vida das mulheres. As violências vão desde as experiências mais comuns (repetições diárias de assédio sexista e sexual, violência verbal, psicológica, física e emocional etc.) até as mais excepcionais (da escolha à pressão, depois à coerção e ao uso da força e ao estupro). Esse conceito destaca a maneira pela qual a dominação e a apropriação dos corpos das mulheres pelos homens constituem um elo estruturante, além de situar o modo de operar e o papel da violência de gênero na organização social, buscando identificar como as diversas instituições desempenham seu papel.

A violência é a pedra fundamental da subordinação do grupo social das mulheres, mas o sistema de opressão não “exige” que todos os homens sejam perpetradores de violência. Ao condicionar as mulheres a viver com

medo de violências, as ações de alguns perpetradores ajudam a reproduzir o sistema e permitem que outros homens se beneficiem dele. A ameaça de violência se traduz em tempo e energia gastos com preocupação, antecipação, prevenção da violência e cuidados pessoais. Isso reduz o tempo e a energia disponíveis para todas as outras atividades, sejam elas públicas ou privadas, contribuindo para a reprodução das desigualdades. A violência é apenas a ponta do *iceberg*, a parte visível que atrai toda a atenção. Ela é tanto uma consequência quanto um gerador das desigualdades de gênero. As desigualdades estruturais de gênero, a impunidade e a banalização da violência são as condições necessárias para que a violência baseada em gênero floresça. Ao mesmo tempo, os impactos materiais e emocionais, físicos e psicológicos da violência são as condições que permitem que as desigualdades de gênero se reproduzam.

Usamos o conceito de “reprodução da vida” para abordar a reprodução além da esfera social. Esse conceito leva em conta a continuidade e a inseparabilidade das dimensões social e ambiental na exploração do trabalho reprodutivo e da natureza. Ele chama a atenção para o conflito entre a reprodução do capital e a reprodução da vida, indo além do clássico conflito capital/trabalho (Orozco, 2014). Ao mesmo tempo, o *continuum* socioambiental está presente nas resistências e no poder de ação das agricultoras, cujas práticas agrícolas, alimentares e de saúde combinam o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente. Assim, nossa abordagem da reprodução da vida considera de forma inseparável as interdependências entre os seres humanos e seu ambiente (Carrasco, 2014; Herrero, 2016).

Para entender a complexidade dessas interdependências e evitar conclusões precipitadas, é fundamental definir claramente, ou até mesmo redefinir, o que entendemos por “natureza” e “meio ambiente”. A Ecologia Científica, ao mostrar que toda vida está ligada ao seu entorno por meio de múltiplas interdependências entre os seres vivos e seu ambiente, criou o conceito de “meio ambiente” (Carson, 2002). Ao mesmo tempo, a ideia complexa e historicamente diversa de “natureza” ainda é um fator estruturante na abordagem do meio ambiente na maioria dos contextos culturais contemporâneos, incluindo os das agricultoras que conhecemos. Para elas, a natureza está imbuída de significados emocionais, tanto positivos (ligados

a paisagens, fontes de água, plantas medicinais ou comestíveis, árvores ou animais aos quais são apegadas) quanto negativos (por exemplo, plantas, insetos ou animais considerados danosos). A natureza tem uma dimensão espiritual e religiosa, particularmente por meio de plantas associadas a virtudes, energias e rituais específicos; e uma dimensão material, prática e técnica, ligada ao trabalho realizado pelas mulheres e suas famílias para obter seus meios de subsistência.

Conceitualmente, consideramos que a ideia de “natureza” combina uma dimensão ontológica, sobre o que “faz” o ambiente (Descola, 2015), com uma dimensão ética, sobre a parte do ambiente que merece ser protegida e a parte que pode ser usada ou explorada (Larrère; Larrère, 2018), e uma dimensão material, sobre o trabalho e as tecnologias usadas nas interações com o ambiente (Moscovici, 1969). Ao abordarmos a natureza do ponto de vista da relação, nessas três dimensões principais que diferentes sujeitas e sujeitos estabelecem com seu ambiente, criamos um marco de análise das divergências de visões e ações. Em particular, essa abordagem nos permite compreender a diferença entre a relação com a natureza das mulheres agricultoras envolvidas na agroecologia, norteadas pela reprodução sustentável da vida, e a relação com a natureza selvagem ou intocada, que tende a predominar nas políticas ambientais (Larrère; Larrère, 2018). No que concerne às políticas ambientais, o modelo de preservação de uma natureza supostamente selvagem coexiste e, às vezes, entra em conflito com o modelo tecnocrático de gestão da natureza, no qual a natureza é valorizada pelos recursos (por exemplo, madeira, água e ar) e pelos serviços ecossistêmicos (tais como captura de carbono, manutenção da biodiversidade etc.) que fornece (*Ibid.*).

Por fim, nosso projeto exige que redefinamos nossos entendimentos de “economia” e de “política”, ampliando-os consideravelmente. Quando esses entendimentos são reduzidos ao trabalho remunerado, à economia de mercado e à ação do poder público, eles deixam de lado o poder de ação das sujeitas e dos sujeitos da reprodução da vida. Essas visões dominantes da economia e da política ignoram o valor do trabalho em grande parte não remunerado realizado pelas mulheres agricultoras, bem como os processos discretos, enraizados nos locais típicos da reprodução da vida,

como cozinhas, quintais, organizações de mulheres e certas igrejas, nos quais elas se constroem enquanto sujeitas políticas.

Para ampliar nossa compreensão da economia, nos baseamos na corrente materialista da Economia Feminista, que destacou a importância fundamental do trabalho não remunerado como base para a reprodução da vida. Conectamos essa corrente com a abordagem substantiva da economia, que estende a análise além da economia de mercado e inclui outros princípios econômicos essenciais à reprodução da vida, como reciprocidade, redistribuição e autossuficiência (Polanyi, 1983). Prestamos atenção às formas de economia solidária, como a construção social de mercados com preços justos ou o trabalho coletivo e as práticas de ajuda mútua, que visam relações de solidariedade baseadas em regras e práticas democráticas (Laville, 2006). Levamos em conta formas de organização que visam à gestão de bens em comum, por meio de regras de acesso, uso e controle definidas no nível de certas comunidades (Ostrom, 2010), mas também de algumas associações, cooperativas e redes na agroecologia e na economia solidária.

Ao mesmo tempo, reconhecemos a dimensão política do trabalho cotidiano de subsistência como expressão de escolhas coletivas e radicais sobre a forma de reproduzir a vida (Prévost, 2021). Nossa abordagem consiste em explorar espaços supostamente privados e infrapolíticos – as cozinhas, quintais e organizações das mulheres – onde essas escolhas sobre técnicas agrícolas, modos de alimentação e práticas de saúde surgem ou são reforçadas; e mostrar até que ponto as escolhas políticas, no sentido substantivo, estão entrelaçadas com instituições econômicas, como circuitos de troca não monetária e comercialização solidária, e não separadas delas (Hillenkamp; Laville, 2013). Também prestamos muita atenção às formas e aos espaços em que as mulheres agricultoras enunciam posições contra-hegemônicas – “contrapúblicos subalternos” no sentido de Nancy Fraser (1990) – por meio de discursos críticos sobre temas como alimentação, saúde, sobrecarga de trabalho, ameaças ao território ou o papel das mulheres e dos homens. Por fim, analisamos os espaços intermediários com as autoridades públicas e outros atores privados, especialmente nos setores de agricultura, mineração e meio ambiente, onde essas escolhas são colocadas à prova de relações de poder e de resistências às vezes violentas.

A importância dessa abordagem está em sua capacidade de oferecer uma compreensão profunda e integrada da dinâmica de gênero, meio ambiente, economia e política, destacando as implicações profundas e multidimensionais das práticas cotidianas de reprodução da vida. Ao iluminar os espaços onde essas práticas emergem, este livro oferece ferramentas analíticas e empíricas poderosas para fortalecer a organização da sociedade civil e repensar as políticas públicas, além de fornecer argumentos a favor de políticas que reconhecem e valorizam o trabalho de cuidado e a resistência local e de iniciativas que buscam justiça social e ambiental.

Forma e organização do livro

As mulheres agricultoras envolvidas com a agroecologia em coletivos localizados no Vale do Ribeira e na Zona da Mata estão no centro deste livro. O Vale do Ribeira, localizado no sudeste do estado de São Paulo, é considerado o maior fragmento contínuo de Mata Atlântica no Brasil (1,2 milhão de hectares), enquanto a Zona da Mata é uma zona de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado em Minas Gerais. O Vale do Ribeira e a Zona da Mata têm em comum o fato de articularem importantes processos de construção da agroecologia e do feminismo, com múltiplos significados que discutiremos ao longo deste livro, e de estarem sujeitos a conflitos socioambientais que são parte integrante desses processos. No Vale do Ribeira, nossas interlocutoras foram mulheres da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) de Barra do Turvo, da União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca (UAAI) e da União de Mulheres Produtoras da Economia Solidária (UMPES) e da União de Mulheres Agricultoras (UMA), de Peruíbe. Na Zona da Mata, acompanhamos mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acaiaca (STR), do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Simonésia (SINTRAF), do grupo de mulheres que se opõe à mineração na comunidade rural de Carangolinha de Cima, no município de Divino, e agricultoras que se identificam como descendentes do povo indígena Puri, em Araponga. Um mapa desses territórios e coletivos é apresentado no início deste livro.

Referimo-nos a essas mulheres como “agricultoras agroecológicas” na medida em que compartilham um compromisso com a agroecologia, de maneiras que analisaremos ao longo do livro. Os termos “agricultora” ou “agricultora familiar” representam uma identidade profissional e uma categoria reconhecida pelo Estado brasileiro desde a década de 1990 (Grisa; Schneider, 2014), em resposta particularmente aos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais (a partir do Nordeste do Brasil) e de camponesas (a partir do Sul) mencionados acima. No Vale do Ribeira e na Zona da Mata, a identidade de agricultora familiar é hoje mobilizada pelas próprias mulheres e por organizações agroecológicas e feministas. É acompanhada por outras identidades, como as de quilombolas, mulheres negras, descendentes de povos indígenas, como o povo Puri na Zona da Mata, e migrantes de outros países, como os imigrantes japoneses no Vale do Ribeira.

Consideramos, neste livro, as agricultoras agroecológicas como sujeitas, no feminino, de resistência voltadas para a reprodução da vida. Nesse sentido, optamos por uma construção narrativa que privilegia a imersão na experiência das sujeitas e de seus territórios, relatando detalhes do contexto e percepções das pesquisadoras, privilegiando, assim, o método etnográfico e o entendimento dialético ao invés de uma abordagem estritamente hipotético-dedutiva. Essa construção narrativa foi baseada em um processo de escrita organizado coletivamente, durante inúmeras reuniões de equipe, discussões temáticas entre as autoras ou autor de cada capítulo e com o ponto de vista “externo” de pessoas envolvidas em outros capítulos, resultando em uma construção progressiva e dialógica do conhecimento.

Nossa equipe foi constituída como parte do projeto GENgiBRE, “Relação com a natureza e igualdade de gênero. Uma contribuição à teoria crítica baseada em práticas e mobilizações feministas no Brasil”.⁴ O grupo inclui pesquisadoras, professoras e um professor universitários, além de mulheres profissionais de várias instituições: *Institut de Recherche pour le*

⁴ Projeto ANR-20-CE41-0002-01, financiado pela Agência Nacional de Pesquisa da França (março de 2021 a agosto de 2025), sob a responsabilidade científica de Isabelle Hillenkamp; realizado como parte do acordo de parceria nº 164/2021 entre o *Institut de Recherche pour le Développement* (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França, IRD) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Développement (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França, IRD), Universidade de Toulouse Jean Jaurès (UTJJ, França), Universidade Federal de Viçosa (UFV, Brasil), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA–ZM, Brasil) e Sempreviva Organização Feminista (SOF, Brasil).⁵ Compartilhamos um compromisso com os movimentos feministas e agroecológicos e estabelecemos vínculos científicos e políticos com mulheres agricultoras, dos quais o projeto GENgiBRe, configurado, como veremos, como uma *pesquisação*, é parte integrante.

A maior parte de nossa pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2021 e dezembro de 2022, em um contexto de violência política contra ativistas ambientais e contra aqueles que o governo da época acusava de praticarem a “ideologia de gênero”. Os riscos que esse contexto representou não apenas para nossa equipe, mas também para as agricultoras cujas vozes se tornariam públicas por meio de nosso projeto, nos levaram a adotar muita cautela. As cerca de 30 agricultoras que receberam nossa equipe para visitas prolongadas em suas casas escolheram pseudônimos, pelos quais nos referimos a elas ao longo deste livro: escolhas emocionais, de nomes de mulheres de suas famílias; escolhas políticas, de figuras femininas das lutas sociais; escolhas simbólicas, de nomes de flores ou animais. Quanto às centenas de outras mulheres agricultoras que participaram das reuniões coletivas do projeto, situamos suas palavras no contexto dos territórios e das metodologias das quais participaram. Não coletamos seus nomes, nem pudemos pedir que um grupo tão grande escolhesse pseudônimos. Algumas agricultoras e informantes-chave que já tinham uma voz pública fora de nosso projeto e que nos deram seu consentimento aparecem com seus nomes verdadeiros.

Essas medidas de cautela necessárias não deixam de ser contraditórias com nosso objetivo explícito de contribuir para a valorização da voz das mulheres agricultoras e para sua visibilidade política. Assim, o reconhecimento nominal das mulheres agricultoras envolvidas no projeto no início

⁵ Além das 13 pessoas diretamente envolvidas no trabalho de campo mencionadas acima, nossa equipe contou com a participação, em diferentes fases importantes do projeto, de Alair Ferreira de Freitas, Cathy Chatel, Elisabeth Cardoso, Hélène Guétar-Bernard, Irene Maria Cardoso, Isabelle Guérin, Larissa Mies Bombardi, Maria Alice Mendonça e Paula Trindade Gonçalves (em ordem alfabética dos primeiros nomes).

deste livro, sem associá-las a nenhum dado que corresse o risco de expô-las individualmente, constitui nosso compromisso final.

O livro está organizado em três grandes partes: partimos de uma contextualização da experiência das mulheres agricultoras e da análise reflexiva de nossas relações com elas, para uma compreensão das ameaças e dos conflitos ambientais, para, enfim, evidenciar as resistências baseadas na agroecologia. Três capítulos compõem cada uma das três partes principais, totalizando nove capítulos. O primeiro descreve nossa posição a campo, apresenta nossas metodologias e justifica nossa posição epistemológica, decorrente das propostas feministas. Nos capítulos 2 e 3, são apresentados respectivamente a história dos territórios e as ameaças e resistências que os atravessam, adotando o ponto de vista das agricultoras a partir de entrevistas coletadas por meio das metodologias do projeto e de uma perspectiva socioambiental que coloca a reprodução da vida no centro da atenção. Com base nisso, os capítulos 4, 5 e 6 abordam a experiência das agricultoras em relação a três tipos de ameaças: agrotóxicos e sementes transgênicas, trazidos pelo modelo agrícola dominante e presentes no cerne da agricultura familiar; mineração, penetrando também nas terras da agricultura familiar; e políticas e projetos de preservação e compensação ambiental, entre proteção, oportunidade e ameaça de perda de autonomia. Os capítulos 7, 8 e 9 revelam as resistências e o significado da agroecologia nesse contexto, sob o triplo ângulo das práticas de gestão agrícola, das relações econômicas e da construção da agrobiodiversidade, bem como das práticas e do trabalho de cuidado, mais uma vez em sua dimensão socioambiental.

Estruturado de forma cuidadosa, o livro explora, portanto, as vivências das mulheres agricultoras por meio de estudos de caso detalhados, enraizados em metodologias participativas que destacam a importância da reprodução da vida e suas interconexões com a natureza e a economia. Ao articular teoria e prática, oferece uma compreensão profunda das dinâmicas de gênero e poder na agricultura familiar, lançando luz sobre os desafios enfrentados pelas mulheres, como ameaças ambientais e práticas econômicas dominantes. Mais do que um estudo acadêmico, o livro pode ser instrumento para catalisar uma mudança substantiva ao evidenciar as

resistências das agricultoras por meio da agroecologia, demonstrando como essas práticas não só sustentam a biodiversidade agrícola, mas também fortalecem comunidades e promovem formas alternativas de desenvolvimento baseadas no cuidado e na sustentabilidade. Assim, ao oferecer uma análise profunda e acessível, o livro se posiciona como uma ferramenta para inspirar políticas públicas mais inclusivas e fortalecer movimentos sociais em prol de um futuro mais justo e equitativo para todos, especialmente para as mulheres agricultoras.

ISABELLE HILLENKAMP
ALAIR FERREIRA DE FREITAS
HÉLOÏSE PRÉVOST
LARISSA MIES BOMBARDI
NATÁLIA LOBO (ORG.)

RAÍZES DA RESISTÊNCIA
*Construindo territórios feministas
e agroecológicos no Brasil*

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo • 2025

Copyright © 2025, by Editora Expressão Popular Ltda.

Produção editorial: Milena Varallo

Preparação de texto: Sílvia Almeida

Revisão: Milena Varallo

Projeto gráfico, capa e diagramação: Zap Design

Ilustração da capa: Carolina Santos Natividade e

Helena Joaquina Gomes Barros

Impressão e acabamento: Paym

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R161 Raízes da resistência: construindo territórios feministas e agroecológicos no Brasil / Isabelle Hillenkamp...[et al] (orgs.) -- 1.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2025. 304 p.

ISBN 978-65-5891-187-6

1. Agricultoras - Brasil. 2. Mulheres na agricultura – Brasil. 3. Agroecologia – Brasil. 4. Agricultoras e resistência - Brasil. I. Hillenkamp, Isabelle. II. Título.

CDU 631-055.2(81)

Bibliotecária: Eliane Maria da Silva Jovanovich - CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2025


EDITORA EXPRESSÃO POPULAR


Alameda Nothmann, 806, Campos Elíseos

CEP 01216-001 – São Paulo – SP

atendimento@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular